

UM OLHAR SOBRE A LEITURA NO BRASIL¹

VIEW ON READING IN BRAZIL

Glenice Dressler Boelter² e Vera Elizabeth Prola Farias³

RESUMO

Embora o mundo alcance vitórias impressionantes nas áreas da ciência e tecnologia, o analfabetismo ainda é fator de destaque, pois ainda há um grande número de pessoas analfabetas. Analfabetismo funcional e letramento são termos utilizados para definições de estratégias para erradicar o problema. O aspecto aqui abordado será o da alfabetização básica e competente, isto é, a que deveria evitar a condição de adultos com deficiências nessa área. As pesquisas oficiais nacionais foram encontradas nos sites do MEC, mas os termos alfabetização e letramento foram fundamentais para entender o contexto, nos quais esses programas estão inseridos. Não se procurou a crítica pura, e sim, a tentativa da sistematização do que foi feito no país sobre leituras e leitores. Trazer à tona problemas existentes é o primeiro passo para resolvê-los. Afinal, o jovem que sai do Ensino Médio, com nível baixo no entendimento e construção de argumentos, é reflexo da escola, do perfil pessoal ou da sociedade bastante virtual em que vivemos?

Palavras-chave: leitura, leitores, alfabetização, letramento.

ABSTRACT

Although the world may achieve impressive victories in the science and technology area, the functional illiteracy still is an important matter from the "people" point of view. Functional illiteracy and literacy are terms used in strategy definitions for eradicating the problem. The emphasis of this article will not be on the adult read and write teaching, but on the read and write teaching which should prevent illiterate, or half-literate, adults, or even functional illiterates. The official national survey data were taken from the MEC website, but the read and write teaching and literacy terms were fundamental in trying to understand the context in which these programs are set. The pure criticism was not pursued, but the attempt of systematizing what has been done about reading and readers in the country. To mention existing problems is the first step towards solving them. After all, is the student that completes high school, having both an argumentation

¹ Monografia de Especialização - UNIFRA.

² Aluna do Curso de Especialização em Literatura Brasileira - UNIFRA.

³ Orientadora - UNIFRA.

building and understanding low level, a reflex of his school, his personal profile or the highly virtual society we live in?

Keywords: *reading, read and write teaching, literacy.*

INTRODUÇÃO

Ao retornar ao que seria o marco zero, o aprendizado básico, vamos buscar conceitos, que não são novos, mas que pouco têm sido utilizados, como o de letramento – considerado por alguns especialistas uma excelente base para a alfabetização e mesmo para a criação de leitores, além de se mostrar capaz de transformar a realidade de marginalização dos grupos sociais excluídos de um mundo basicamente letrado. Esse conceito, segundo Kleiman, começou a ser usado, academicamente, para tentar “separar os estudos sobre o impacto social da escrita dos estudos sobre a alfabetização, cujas conotações escolares destacam as competências individuais no uso e na prática da escrita”. (1995, p. 15-16)

Ao constatar que existe uma falha, sua conseqüência se mostra no mercado de trabalho, na economia do país. Os governos se sucedem e as tentativas de elaborar programas para erradicar o analfabetismo também. Os resultados, relatados por pesquisas, ainda não são os desejados.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA / ALFABETIZAÇÃO

O Brasil é um país colonizado. Sua população nativa – indígenas – tinha um sistema próprio de vida, o que não exigia os códigos dos “brancos”. Já na Proclamação da República, apenas dois, entre dez brasileiros, conseguiam ler textos maiores, que traduzissem pensamentos mais complexos. A economia girava em torno da agricultura e o país tinha dimensões continentais, isso dificultava o acesso ao aprendizado. Um país em construção – que deixava de ser colônia para se tornar República – também tinha suas dificuldades em abordar os aspectos educacionais que se apresentavam, considerando que a prática da leitura e a escrita não se configuravam como fundamentais.

Em 1947, foi lançada a primeira campanha em âmbito nacional que visava à alfabetização popular. Embora, muitas vezes, tenham falhado, as tentativas de erradicar o analfabetismo brasileiro existiram. Boa vontade houve. Talvez a execução não correspondesse à expectativa gerada. Vejamos o que relata o Mapa do Analfabetismo no Brasil cuja fonte é o Ministério da Educação e Cultura (2007):

1. Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – 1947, Governo de Eurico Gaspar Dutra. Primeira campanha de âmbito nacional, na qual dez mil classes de alfabetização foram criadas nos mais diversos municípios brasileiros. O objetivo era alfabetizar adultos que, por sua vez, através do convívio diário, criariam condições propícias para a alfabetização das crianças.

2. Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo - 1958, Governo de Juscelino Kubitschek. Visava a educar a população em geral, de maneira experimental, tendo em vista a ineficácia da campanha anterior. Buscaram-se outras soluções para evitar novos fracassos, inclusive com a criação de áreas-laboratório para pesquisas educacionais. A alfabetização (ou o método) foi formalmente enfrentado – com cientificidade e pesquisas.

3. Movimento de Educação de Base - 1961, Criado pela CNBB. Embora a CNBB não seja entidade pública, esse movimento se caracterizou como parceria com a Presidência da República, sob a orientação do Ministério de Educação e Cultura, tendo por objetivo a criação de um movimento de educação de base. A alfabetização teria de ser fonte de promoção do ser humano com a superação da fome e da miséria e não apenas decifradora de códigos.

4. Programa Nacional de Alfabetização - Método de Paulo Freire - 1964, Governo de João Goulart. A efervescência política brasileira da década de sessenta se manifestou também na educação. A partir do Movimento de Educação de Base, o paradigma mudou. O propósito não era mais simplesmente ensinar a ler e escrever em cartilhas prontas, sem qualquer tipo de questionamento e sim alfabetizar, conscientizando, com a utilização de palavras geradoras (palavras sugeridas pelos próprios alunos, mediante suas vivências) que, muito mais do que simplesmente grafia e som, serviam de instrumento para a reflexão do contexto de cada um.

5. Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) – 1968/1978 – Governo da ditadura militar. Enquanto os movimentos de educação e cultura popular se vinculavam à criação de cidadãos e à conscientização das pessoas sobre o que as circundava, a partir do golpe militar, alfabetizar se restringiu ao exercício de “aprender a desenhar o nome”.

6. Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos – EDUCAR – 1985 – Governo de José Sarney. A Fundação Educar fazia parte do Ministério da Educação, exercendo a supervisão e o acompanhamento junto às instituições que recebiam recursos para o programa Política de curta duração, pois em 1990, o governo Collor extinguiu a fundação Educar e não criou nada que a substituísse.

7. Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC –

1990 – Governo Fernando Collor de Mello. Primeiro governo eleito pelo povo após a ditadura militar, o de Fernando Collor de Mello desencadeou, através do MEC, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania. Tinha como objetivo mobilizar a sociedade em prol da alfabetização de crianças, jovens e adultos, por meio de comissões que envolviam órgãos governamentais e não-governamentais.

8. Plano Decenal de Educação para Todos – 1993 – Governo Itamar Franco. Plano elaborado, em 1993, pelo MEC, com grande ambição: cumprir, no período que compreendia os anos de 1993 até 2003, as resoluções da conferência Mundial da Educação Para Todos, que se realizou na Tailândia, em 1990, elaboradas, entre outras organizações, pela UNESCO.

9. Programa de ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA – 1997 – Governo de Fernando Henrique Cardoso. Seu objetivo, o de alfabetizar com baixo custo e diminuir as taxas de analfabetismo no país, além de fortalecer a oferta da Educação para Jovens e Adultos no país é um programa ainda em andamento

10. BRASILALFABETIZADO. Também em andamento, foi criado em 2003, tendo por objetivo capacitar alfabetizadores (não necessariamente professores formais) e promover a alfabetização de pessoas com quinze anos ou mais, excluídos ou fora das escolas, antes de aprenderem a ler e escrever.

Esse é um recorte (parcial) da Alfabetização Oficial do país, isto é, daquilo que as autoridades competentes queriam colocar em prática, com a finalidade de erradicar o analfabetismo. Erradicação que compreende a formação de leitores, a formação de cidadãos, a formação de capacidade crítica de seres humanos, que permita o uso pleno dos direitos de cada um.

ALFABETIZAR E LETRAR PARA ENSINAR A LER.

Parece óbvio que ser alfabetizado consiste em saber ler e escrever. No entanto, é um conceito que se tem demonstrado insuficiente para a situação vigente do país. Soares (2000) explica: “Se uma criança sabe ler, mas não é capaz de ler um livro, uma revista, um jornal, se sabe escrever palavras e frases, mas não é capaz de escrever uma carta, é alfabetizada, mas não é letrada”.

Alfabetizar não é simplesmente decifrar códigos longínquos da realidade do aprendiz, principalmente nas áreas de maior carência. É formar cidadãos, é trazer o letramento de cada um, dar valor a esse letramento

trazido de casa. Como já foi ressaltado, aqui o ponto não é alfabetizado *versus* analfabeto, valorizando o primeiro. O ponto que se quer discutir ainda é o porquê de nossos alunos não saberem ler nem escrever ao término do Ensino Médio.

Kleimann afirma:

[...] Eximem-se dessas conotações os sentidos que Paulo Freire atribui à alfabetização, que a vê como capaz de levar o analfabeto a organizar reflexivamente seu pensamento, desenvolver a consciência crítica, introduzi-lo num processo real de democratização da cultura e de libertação. (...) Porém, (...) esse sentido ficou restrito aos meios acadêmicos [...] (1995, p. 16).

Isto é, o problema é novo. A realidade é nova. Se antes, e isso é verificável empiricamente, com pais, avós, tios, o tempo de escolaridade era menor, isso não diminuía o resultado, que era melhor, no que tange à leitura pelo menos. Ser alfabetizado era também ser letrado. O que mudou?

Ainda Kleimann refere:

[...] Pode-se afirmar que a escola, a mais importante das agências de letramento, preocupa-se, não com o letramento, prática social, mas com apenas um tipo de prática do letramento, a alfabetização, o processo de aquisição de códigos (alfabético, numérico), processo geralmente concebido em termos de uma competência individual necessária para o sucesso e promoção na escola [...] (1995, p. 20).

Isso nos dá o sentido extremamente utilitarista da escola. Ela existe para distribuir diplomas a quem seguiu sua cartilha corretamente. No entanto, ao observar pesquisas econômicas, pode-se inferir que esse não está sendo um bom caminho. Mesmo no seu sentido utilitarista, não há objetivo alcançado. Existem certificados de conclusão. Não há capacitação real. Portanto, muitas vezes existem apenas analfabetos funcionais.

Segundo o Instituto Paulo Montenegro (2007), a UNESCO considera, atualmente, analfabeto funcional “a pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever um enunciado simples como um bilhete, por exemplo, ainda não tem as habilidades de leitura, escrita e cálculo necessárias para participar da vida social em suas diversas dimensões: no âmbito comunitário, no universo do trabalho e da política, por exemplo.” Decodificar signos, copiá-los corretamente, agrupar letras de forma legível não são ações suficientes para se determinar a alfabetização. O processo burocrático tem de ser interligado com a compreensão do que está sendo posto. Trazer à sala de aula elementos estranhos ao cotidiano do aluno dificulta essa aprendizagem, porém pode trazer resultados escolares aparentes. Frise-se

aqui o termo “escolares”. A criança, enfim, passa de ano. Mesmo que, para ela, o texto seja apenas um “conjunto de palavras cujo significado não interessa, a leitura (...) como decodificação dessas palavras e compreender o texto nada mais é do que usar a estratégia de pareamento e mecanicamente localizar as respostas” (TERZI, 1995).

Alfabetizar e letrar devem seguir juntos. Enquanto que alfabetizar poderia ter a conotação do mecanicismo existente para a aquisição de códigos, o letramento seria o desembaraço do indivíduo diante desses códigos, ao agrupá-los e reagrupá-los, sem que percam os significados. A professora Soares exemplifica;

[...] Se a criança não sabe ler, mas pede que leiam histórias para ela, ou finge estar lendo um livro, se não sabe escrever, mas faz rabiscos dizendo que aquilo é uma carta que escreveu para alguém, é letrada, embora analfabeta, porque conhece e tenta exercer, no limite de suas possibilidades, práticas de leitura e de escrita. Alfabetizar letrando significa orientar a criança para que aprenda a ler e a escrever, levando-a a conviver com práticas reais de leitura e de escrita [...] (2000, p. -----).

Quer dizer, a criança observa e imita aquilo que vê, mesmo antes da escola. Sabemos que o nível socioeconômico influencia, mas toda criança convive com a escrita e, desde cedo – quando chega à escola, já observou que existem caracteres, símbolos, ícones, e que cabe a ela, com a ajuda da escola, interpretá-los. É nesse momento que o letramento se esvai, e as escolas ficam apenas na codificação. Em vez de ser a seqüência natural do aprendizado, o letramento se encerra em livros didáticos e em professores empobrecidos, em todos aspectos, material, intelectual ou na formação.

(DESCONFORTÁVEL) SITUAÇÃO ATUAL

No jornal “A Razão” de Santa Maria, o analfabetismo foi tema de uma página inteira. Sob o título “*Os números do alfabetismo no RS*”, a reportagem descreve “[...] os índices do alfabetismo funcional e os hábitos de leitura da população gaúcha [...]”.

Segue a reportagem:

[...] Já a pesquisa do Indicador de Alfabetismo funcional (INAF), que determina as habilidades práticas de leitura, escrita e cálculo da população, foi realizada entre os dias 22 e 26 de setembro, também em 60 cidades gaúchas, envolvendo 804 entrevistados, com idades entre 15 e 64 anos.

Os números ficaram próximos da realidade nacional, com índice de analfabetos em 7%. Mas o dado mais importante é o índice de alfabetismo rudimentar, que indica o número de pessoas que foi alfabetizada, **mas não é capaz de identificar informações em um**

texto (grifo meu). (...) O INAF é um indicador desenvolvido pelo Instituto Paulo Montenegro, braço social do IBOPE“ (JORNAL A RAZÃO, 2006, p. 12).

Outro diagnóstico sobre a educação no Brasil foi preparado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, conhecido como Relatório Pisa. Dória (2007), num artigo intitulado “Aprendendo para o Mundo de Amanhã”, mostra que os resultados não são diferentes:

[...] Talvez o mais impressionante diagnóstico sobre a educação brasileira atual seja aquele preparado pela OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), intitulado “Aprendendo para o Mundo de Amanhã”, conhecido como “Relatório Pisa”, cujos resultados foram publicados em 2004 e pouquíssimos divulgados entre nós. Curiosamente, o Brasil - cujo governo aderiu voluntariamente a este teste- praticamente escondeu os resultados, tanto da população quanto do conjunto dos profissionais do ensino, se compararmos com o impacto que ele provocou em países como Portugal e Espanha. Mesmo a nossa imprensa “vigilante” não conseguiu compreender o seu alcance, a julgar pela pálida repercussão, restrita a uma matéria que considerou como aspecto mais relevante uma pequena diferença de aprendizado de matemática detectada entre meninos e meninas (2007).

O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA, 2007b) avalia, comparativamente, alunos da faixa etária dos quinze anos, idade na qual se presume, os alunos encerram seu ensino fundamental. Através dos índices obtidos com esses alunos, é possível a análise dos resultados dos sistemas educacionais vigentes.

A coordenação de tal pesquisa, no Brasil, cabe ao INEP. A metodologia consiste em apresentar cadernos de provas, contendo questionários que avaliam, a cada três anos, as Áreas de Leitura, Matemática e Ciências. Cada ano tem ênfase numa disciplina. Através dessa avaliação, é feito um exame da capacidade dos alunos de “analisar, raciocinar e refletir ativamente sobre seus conhecimentos e experiências, enfocando competências que serão relevantes para suas vidas futuras’ (INEP, Internet)”. Em 2003, duzentos e cinquenta mil adolescentes, de quarenta e um países participaram. Os representantes da América Latina foram Brasil, Uruguai e México. Para auxiliar ainda mais nessa radiografia, é realizado, um ano antes da prova, um pré-teste dos itens que constituem o domínio principal da avaliação. A partir desses resultados, com uma discussão internacional, excluem-se itens com desempenho insatisfatório muito alto, ou itens culturalmente inadequados a uma avaliação internacional.

O PISA avalia, a partir do conceito de letramento, pois esse termo

reflete a amplitude de conhecimentos, habilidades e competências do aluno – e isso vai além da simples alfabetização.

Segundo o próprio INEP, no estudo intitulado *Melhora desempenho brasileiro no PISA* (PISA, 2007a), o desempenho brasileiro foi de baixo aproveitamento. Houve alguns avanços, nas áreas de Matemática e Ciências, mas o desempenho em leitura se manteve igual ao anterior – isto é, o aproveitamento em leitura no nosso país está estagnado. Numa escala de três faixas, a da elite (Hong Kong, Finlândia, Coreia, Países Baixos, Liechtenstein, Japão, Canadá, Bélgica, Macau, Suíça, Austrália, Nova Zelândia, República Tcheca, Islândia, Dinamarca, França e Suécia); a média (Áustria, Alemanha, Irlanda e República Eslováquia) e o terceiro grupo, abaixo da média (Noruega, Luxemburgo, Polônia, Hungria, Espanha, Letônia, Estados Unidos, Rússia, Portugal, Itália, Grécia, Servia, Turquia, Uruguai, Tailândia, México, Indonésia Tunísia e Brasil), estamos na lanterna.

Segundo o relatório da OCDE, fatores socioeconômicos influenciam na distribuição do desempenho dos países. Já o INEP sugere a distorção idade-série (alunos de quinze anos com escolaridade menor no Brasil que em outros países), escolaridade dos pais, tempo de exposição em sala de aula, entre outros. Assim, segundo o próprio INEP (PISA, 2007a), “o relatório também aponta, assim como em 2000, que mesmo os alunos brasileiros com amplo acesso a bens culturais e tecnológicos não conseguem um bom resultado na avaliação, porque outros fatores também influenciam”.

A partir de objeções metodológicas contra esse relatório, foi criada então uma pesquisa chamada “Prova Brasil”, realizada em 2005, pelo Ministério da Educação. Envolveu algo em torno de três milhões de alunos em mais de cinco mil municípios. Dória (2007) comenta: “as conclusões não são muito diferentes, exceto pelo fato de que a pesquisa nacional é mais confortável para o sistema de ensino, pois não o coloca em xeque, já que o desempenho dos alunos não é comparado entre países.”

As pesquisas demonstram o que a observação empírica já havia determinado.

CONCLUSÃO

A leitura, como prática social, é um aspecto que merece vários enfoques. A própria UNESCO (2007) refere que “em lugar algum do mundo, um país conseguiu atingir um nível de desenvolvimento desejável sem investir substancialmente em educação”. Toda educação parte do pressuposto da leitura. A leitura, por sua vez, é ensinada basicamente na

escola. Se temos escolas que não levam em conta o processo educacional e sim resultados puramente burocráticos, teremos problemas.

Orlandi (1993) escreve: (...), ou seja, a escola, tal como existe, em referência à leitura, propõe de forma homogênea que todo mundo leia como a classe média lê (...). Caberia aqui a inexistência do letramento, ou da importância do letramento na formação da leitura? Ela mesmo completa:

Para não se submeter a esse reducionismo, deve-se procurar uma forma de leitura que permita ao aluno trabalhar sua própria história de leituras, assim como a história das leituras dos textos e a história da sua relação com a escola e com o conhecimento legítimo (1993, p. 37).

Historicamente, o tema da educação popular é central desde a Revolução Francesa – que contrariava o feudalismo cujo objetivo era manter as ordens sociais separadas. Revoluções socialistas alfabetizaram em massa e em pouco tempo, fazendo uma “interpenetração das classes dominadas estabelecendo e atuando em um terreno de confrontos e de diferenças: essas diferenças são absorvidas para que haja universalização das relações de dominação” (ORLANDI, 1993, p. 36). O ideal da burguesia era a igualdade – mas a igualdade conseguida foi a de manter a desigualdade inicial.

No Brasil, o primeiro sinal de inconformidade com essa situação veio de Paulo Freire e a Pedagogia do Oprimido, um programa oficial, mas que não durou, alijado pelo golpe militar de 64. O que não quer dizer que tenha sido calado – simplesmente, o poder dominante decidiu mudar o rumo. Ao invés de pensadores, queriam marionetes, ou técnicos, cuja missão era formar trabalhadores para o crescimento do país. Trabalhadores autômatos.

Alunos que não organizam e transmitem corretamente seus pensamentos são o resultado mais perverso do sistema capitalista, no qual a educação tem como paradigma maior a aquisição de diplomas e certificados. A empregabilidade se mostra nos currículos, quanto mais recheados de cursos, mais chances propicia. Os saberes exigidos são técnicos e direcionados. A cultura, a crítica, a posição firme, condições humanas por excelência, não cabem na especialização cada vez mais direcionada.

Consideremos também que as classes sociais, muitas vezes, divergem no seu foco de interesse. Como a escrita é a conquista sobre a memória, quem lê tem supremacia. Quem lê, dita as regras. A escola pública nasceu sob o signo da igualdade, mas, muitas vezes, ainda é vista como aparelho de dominação das classes populares. Talvez seja uma das respostas ao

analfabetismo vigente. Aqui, analfabetismo também significa ler, mas não interpretar.

[...] os valores defendidos por essa escola através de seus administradores e professores, oriundos da classe média, pouco concernem às classes baixas, que não se vêem nela representadas, seja nos conteúdos curriculares, seja na estrutura funcional. Da colisão dos valores do corpo docente com os do corpo discente, que se limitam à necessidade de sobrevivência, decorrem os problemas crônicos de disciplina, as dificuldades de aproveitamento e o conseqüente afastamento do aluno da escola.

O analfabeto, o não leitor (entendido como aquele que aprendeu a ler e deixa de fazê-lo) e o leitor deficiente, cujo nível de compreensão é precário, são subprodutos desse modelo escolar. Os estímulos que o processo de ensino a eles oferece, em relação às classes trabalhadoras, pecam pela falta de identidade cultural. Os textos dos livros didáticos e outros livros nada têm a ver com as suas aspirações, suas necessidades e interesses imediatos e com sua realidade [...] (AGUIAR et al. 1993 – p. 12/13).

Talvez essa seja a primeira resposta às dúvidas apresentadas. O capitalismo voraz torna os pobres cada vez mais pobres. Quando falta o necessário, o imperioso é sobreviver. Sobrevivência então é trabalho, seja infantil, seja da terceira idade, seja de incapazes. A leitura se torna um “objeto de luxo” não disponível, nem desejável. Não há tempo nem possibilidade de sonhar – e a literatura é essa chance. Portanto, chance inútil.

O trabalho intelectual, geralmente, não traz lucro – muitas vezes, marginaliza, sendo necessário manter o *status-quo* vigente, ao adolescente cabe ler o que é exigido, aprender a marcar as respostas corretas quando questionado, passar no vestibular e... abandonar a leitura. Vivendo numa sociedade utilitarista, os livros correm o risco de serem tão condenados quanto a terceira idade no Brasil – não dão lucro, ocupam espaço e não têm mais finalidade específica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Vera Teixeira de; BORDINI, Maria da Gloria. **Literatura – a formação do leitor:** alternativas metodológicas. 2ª. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

DÓRIA, Carlos Alberto. **Que educação a ignorância quer?** Publicado em 23 de fevereiro de 2007. Disponível em <<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2832,1.shl>> . Acesso em 15 março 2007.

INSTITUTO PAULO MONENEGRO – **Ação do IBOPE pela**

educação. Disponível em < http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.09.00.00.00&id_duv=38&ver=por > Acesso em 30 de julho 2007.

JORNAL A RAZÃO. **O mundo do analfabetismo no Brasil.** Santa Maria, 11 e 12 de novembro de 2006.

KLEIMAN, Ângela B.. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.** Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 1995. p. 15/59.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Mapa do analfabetismo do Brasil.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

PISA. **Melhora desempenho brasileiro no PISA.** 07 de dezembro de 2004 Disponível em < http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news04_51.htm > Acesso em 15 de março 2007a.

PISA. **Programa internacional de avaliação de alunos – PISA –** Disponível em < <http://www.inep.gov.br/internacional/pisa/Novo/oquee.htm> > Acesso em 21 mai 2007b.

ORLANDI, Em Pulcinelli. **Discurso e leitura.** São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas. 1993.

UNESCO: **Pronunciamento:** “O analfabetismo: Propostas para a sua erradicação”. Discurso e palestra do representante da Unesco no Brasil. Disponível em < http://www.unesco.org.br/noticias/opinioao/index/index_2004/ciee_analfabetismo/mostra_documento > Acesso em 30 de julho 2007.

SOARES, Magda Becker. **Letrar é mais que alfabetizar.** Entrevista publicada no Jornal do Brasil em 26/11/2000. Disponível em < <http://intervox.nce.ufrj.br> > Acesso em 14 de janeiro 2006.

TERZI, Sylvia Bueno. A oralidade e a construção da leitura por crianças de meios iletrados. In: KLEIMAN, Ângela (Org). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.** Campinas: Mercado das Letras, 1995. 91/116.